



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG Nº 026/2022.
(Processo Administrativo nº 20.647/2018)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/05/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é à contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado do tipo central, compacto e Split, com fornecimento de mão de obra, materiais, gás refrigerante e serviços afins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5. Empresas que se encontram sob o regime falimentar. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

3.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

3.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital e seus anexos.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total global**, ou seja, pelo valor anual da contratação, limitado a quatro casas decimais.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.
- 6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.28.1. no país;

6.28.2. por empresas brasileiras;

6.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

6.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais *folders*/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

“ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).

7.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

7.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8 DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:I_NIDONEO);

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.2.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

8.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

8.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.3. Ressalvado o disposto no item **3.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.4. **Habilitação jurídica:**

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.4. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.5.7. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.8. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.9. caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.10. Os documentos constantes nos subitens 8.5.4, 8.5.5, 8.5.6, 8.5.7 e 8.5.8 deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira.

8.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

8.6.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.6.5. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.6. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.6.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

8.6.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6.10. As certidões descritas no item **8.6.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.7.1.1. Com fulcro no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93 e na orientação trazida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 2.870/2018 – TCU, Plenário, a empresa licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove ter experiência mínima de 3 (três) anos na execução de serviços continuados compatíveis em características e quantidades com o objeto deste certame.

8.7.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da administração Pública ou empresa públicas ou privadas, que comprove ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços e fornecendo os itens compatíveis em características, qualidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.7.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o **subitem 8.7.1.1** acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

8.7.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.7.3. A empresa licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.7.4. Não será aceito Atestado de Capacidade Técnica emitido pela própria CONTRATADA.

8.7.5. Serão aceitos, na licitação, tão somente Atestados de Capacidade Técnica emitidos em nome da empresa CONTRATADA.

8.7.6. Caso tenha havido alteração na razão social e o Atestado de Capacidade Técnica tenha sido emitido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

8.7.7. O atestado poderá ser apresentado em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) da CONTRATADA.

8.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.11.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

8.19. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

8.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens deste edital**, e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders*, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos previstos para execução do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho **2022.04.122.1001.2.150**, Natureza de Despesa **3.3.90.39.00**. Podendo ocorrer na fonte: **00**.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência. (ANEXO I).

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da exigibilidade do crédito, ou seja, a contar da data do adimplemento da obrigação pela CONTRATADA, mediante a lavratura de Termo Circunstanciado e/ou recibo (ou documento similar), na forma do art. 73 da Lei nº 8.666/93, a ser firmado pela fiscalização e/ou gestor do contrato, após a apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos pelo contrato como condição de pagamento.

15.2. O pagamento será creditado em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, mediante pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, no qual deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e Conta Corrente), bem como os seguintes documentos:

- a) Nota fiscal, fatura ou documento equivalente de cobrança, devidamente atestada pelos Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo; e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

f) Declaração formal de que não houve fato superveniente que alterou as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA.

16. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **05(cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência do contrato será correspondente a 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação em Diário Oficial do Município de

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência e na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato, anexos a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não mantiver a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 19.3.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;
- 19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Anexo I Do Termo De Referência – Levantamento Dos Aparelhos

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV - Minuta de Contrato.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

RODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Administração
Matr.: 126.783



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
DAS CENTRAIS E APARELHOS DE AR CONDICIONADO**

1. DO OBJETO

1.1. O Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, deflagra o presente Termo de Referência visando à contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado do tipo central, compacto e Split, com fornecimento de mão de obra, materiais, gás refrigerante e serviços afins, instalados nos endereços apontados no **subitem 5.1.** deste Termo.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A partir do Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho, setor esse vinculado à Secretaria Municipal de Administração, pode-se concluir que a qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização. Portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas.

2.2. A manutenção preventiva, além de ser uma necessidade indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório.

2.3. Cumpre destacar que o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos, sob as penas previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que vão desde advertência à interdição total do edifício, sem prejuízo de outras penalidades previstas em legislação específica.

2.4. Sabe-se que uma má climatização, seja pela qualidade do ar ou pela temperatura, pode causar problemas de saúde. Assim, é imprescindível a manutenção do ar-condicionado, com o intuito de manter a qualidade do ar, pois, além de atender às



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

exigências legais, proporciona o bem-estar dos colaboradores que trabalham diariamente nos edifícios da Administração Pública direta do Município de São Gonçalo.

2.5. Além do prejuízo humano, uma climatização ineficiente pode danificar equipamentos eletrônicos, principalmente computadores e servidores, devido ao superaquecimento. Assim, a temperatura deve estar sempre de acordo com as especificações técnicas para o perfeito funcionamento desses componentes; e como tais equipamentos são indispensáveis às atividades meio e fim da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, é imprescindível a conservação e manutenção periódica dos aparelhos de ar-condicionado.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços que se visa contratar enquadram-se na classificação de comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002 e do art. 3º, II, do Decreto Municipal nº 093/2021.

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. A presente licitação será na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço global**, em consonância com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 c/c o art. 191, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 093/2021.

5. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados conforme cronograma de manutenção preventiva e corretiva constante neste Termo nos endereços a seguir:

5.1.1. Rua Dr. Feliciano Sodré nº100-São Gonçalo-Centro, CEP: 24440-440 (Sede da PMSG);

5.1.2. Rua Uriscina Vargas, nº 36 – Alcântara, CEP: 24452-020 (Prédio Anexo);

5.1.3. Rua Dr. Porciúncula, nº 832 - Venda da Cruz, CEP: 24411-005;

5.1.4. Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 78, salas 1.211 e 1.212- Centro, CEP: 24440-440;

5.1.5. Avenida Pr. Kennedy, nº 765, Estrela do Norte, CEP: 24455-045; e

5.1.6. Rua Maria Fonseca, nº 57- Camarão, CEP: 24435-050.

6. DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

6.1. Os serviços previstos na rotina ou solicitados por ordem de serviço deverão ser realizados a qualquer hora, de segunda a sexta-feira, com visitas periódicas de um técnico de refrigeração responsável pelos serviços, em horário administrativo e/ou de acordo com a disponibilidade da unidade solicitante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

6.2. Deverá ser previsto, ainda, atendimento emergencial, em qualquer horário (24 horas) e/ou dia da semana (incluindo sábado, domingo e feriados), conforme necessidade e solicitação da Fiscalização do Contrato, conforme demanda da execução de serviços que sejam imprescindíveis ao funcionamento da unidade ou prejudiquem o atendimento sob qualquer condição, segundo avaliação específica da Fiscalização.

6.3. Quando da ocorrência de defeito ou falha num equipamento ou sistema, a Fiscalização do Contrato comunicar-se-á com a empresa contratada, a qual, a partir do recebimento da comunicação, deverá adotar todas as providências para sanar os defeitos, de modo a permitir a continuidade de funcionamento de todos os Órgãos e setores localizados nos endereços constantes no subitem 5.1 deste Termo.

6.4. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar materiais, peças e demais componentes em conformidade com as condições do contrato, respeitadas a marca, tipo, cor e dimensões dos bens a serem mantidos.

6.5. A substituição por equivalentes só poderá ocorrer com a prévia aprovação da Fiscalização do Contrato.

6.6. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.1. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.1.1. Com fulcro no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93 e na orientação trazida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 2.870/2018 – TCU, Plenário, a empresa licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove ter experiência mínima de 3 (três) anos na execução de serviços continuados compatíveis em características e quantidades com o objeto deste certame.

7.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da administração Pública ou empresa públicas ou privadas, que comprove ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços e fornecendo os itens compatíveis em características, qualidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

7.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o **subitem 7.1.1** acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.3. A empresa licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.4. Não será aceito Atestado de Capacidade Técnica emitindo pela própria CONTRATADA.

7.5. Serão aceitos, na licitação, tão somente Atestados de Capacidade Técnica emitidos em nome da empresa CONTRATADA.

7.6. Caso tenha havido alteração na razão social e o Atestado de Capacidade Técnica tenha sido emitido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

7.7. O atestado poderá ser apresentado em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) da CONTRATADA.

8. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1. Na execução do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, esta deverá obedecer estritamente às exigências da Lei nº 8.666/93 e do edital, bem como será responsável pelo seguinte:

8.1.1. A CONTRATADA será responsável, sem ônus para o CONTRATANTE, pelo fornecimento de mão de obra, gás refrigerante, nitrogênio para verificação de possíveis vazamentos, reparos em pontos de corrosão com a recuperação da pintura, revestimento esponjoso, correias, rolamentos, compressores em geral, polias, filtros secadores, válvulas de expansão, placas eletrônicas, controle remoto, compressores, serpentinas, motores de ventilador, chaves contactoras, relés em geral, limpeza de dutos e análise semestral da qualidade do ar com controle bacteriológico, de acordo com relação de aparelhos e equipamentos especificada no **Anexo I** deste Termo.

8.1.2. Ocorrendo avarias ou desgastes dos equipamentos cuja recuperação seja extensa, fazendo-se necessário substituir as peças danificadas ou consertá-las fora do ambiente dos Órgãos e seus setores localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1** deste Termo, as



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

mesmas serão retiradas pela CONTRATADA para execução dos serviços necessários, e deverão retornar dentro de um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.1.3. Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da hora da abertura do chamado, até a chegada do técnico ao local. Não sendo possível sanar o problema tempestivamente, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solucionar o problema definitivamente.

8.1.4. A CONTRATADA fornecerá números de telefone fixo, celular ou de qualquer outra modalidade de comunicação ao CONTRATANTE, com o nome do respectivo técnico plantonista.

8.1.5. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas o transporte de materiais e mão de obra necessários à execução de todos os serviços, possibilitando imprimir andamento aos trabalhos, em quantidade suficiente para a conclusão dos serviços nos prazos previstos.

8.1.6. A CONTRATADA deverá dispor de oficina própria devidamente aparelhada para execução dos serviços que não possam ser realizados no interior dos Órgãos e seus setores localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1** deste Termo.

8.1.7. A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, pessoal técnico especializado e treinado para o desempenho das respectivas funções.

8.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer **UNIFORME, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (E.P.I.), DE PROTEÇÃO COLETIVA (E.P.C.) E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO** de acordo com a função de cada um, para que os seus empregados permaneçam uniformizados durante o expediente de trabalho. Esses uniformes, obrigatoriamente, terão identificação com o nome da empresa e a função desempenhada pelo empregado na execução dos serviços.

8.1.9. Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual, como: capacetes, protetores faciais, óculos de segurança, equipamentos para proteção dos pés, pernas, mãos e braços, cintos de segurança, equipamentos de proteção auditiva.

8.1.10. A **CONTRATADA** deverá seguir todas as normas vigentes, em especial:

- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;
- c) Ministério da Saúde;
- d) Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- e) Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;
- f) Norma NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de higienização;
- g) Norma NBR 13971 de 1997 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada;
- h) Resolução RE 09/2003 da ANVISA;
- i) Norma de Manutenção de Edificações – NBR 5674, da ABNT;
- j) Norma de Trabalho em altura – NR 35, assim como os protocolos de proteção à COVID-19.

8.1.11. A CONTRATADA deverá providenciar o imediato afastamento, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de qualquer empregado ou preposto seu que não lhe mereça confiança, ou que se conduza de modo incompatível com o exercício de suas funções.

8.1.12. Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas relativas à segurança nas dependências nos locais mencionados no **subitem 5.1**, tanto para os empregados quanto para a execução dos serviços.

8.1.13. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

8.1.14. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.15. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE, toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos.

8.1.16. A CONTRATADA terá de manter a conservação e limpeza permanente da área que lhe for destinada pela Fiscalização do Contrato, para instalação de suas oficinas e almoxarifado de material de reposição, observando as normas pertinentes à não poluição do meio ambiente.

8.1.17. Os serviços considerados preliminares, tais como: desmontagens, transportes, remoções e tapumes de vedação, deverão ser executados de modo a minimizar os estragos nas áreas não danificadas, preservando a integridade dos demais elementos, sem interferir nas rotinas de funcionamento dos Órgãos e seus setores do Município de São Gonçalo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

8.1.18. Deve ser prévia e oficialmente comunicada pela CONTRATADA, para autorização pela Fiscalização do Contrato, qualquer intervenção que, para seu desenvolvimento, seja necessária a interrupção de qualquer Órgão ou setor localizado nos endereços descritos no **subitem 5.1**, compatibilizando os horários de realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva com os horários da unidade, ou se for preciso executar os serviços em horários noturnos e/ou finais de semana; bem como promover o isolamento e sinalização das áreas afetadas pelos serviços.

8.1.19. O prazo para a comunicação exigida no subitem anterior será fixado pela Fiscalização do Contrato.

8.1.20. A assistência técnica dos equipamentos e seus componentes será efetuada exclusivamente pela CONTRATADA.

8.1.21. A CONTRATADA deverá observar na realização dos serviços as técnicas e rotinas descritas, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes:

- a) Executar os serviços preventivos e corretivos, englobando todos os materiais de consumo necessários para a limpeza e lubrificação dos equipamentos, incluindo a aplicação de produtos químicos para limpeza dos aparelhos, complementação ou substituição de carga de gás refrigerante, aplicação de gás nitrogênio para verificação de possíveis vazamentos, reparos em pontos de corrosão, procedendo à devida pintura, se necessário, em todos os equipamentos, sem ônus para este Município;
- b) Utilizar equipamentos, ferramental e instrumental adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e danos materiais que possam ser ocasionados a este Município;
- c) Toda mão de obra e os materiais necessários à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado ficarão integralmente a cargo da CONTRATADA, incluindo desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes e transportes;
- d) Os limites de atuação da CONTRATADA abrangem todo o sistema de ar-condicionado e refrigeração, inclusive a sua interligação elétrica, a partir das respectivas proteções (normalmente disjuntores) nos quadros elétricos específicos de distribuição;
- e) Os serviços de manutenção corretiva e preventiva que se fizerem necessários e que possam interferir ou trazer transtornos nos ambientes de trabalho durante o funcionamento normal dos Órgãos e seus Setores, localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1**, desde que não sejam emergenciais, deverão ser executados fora do horário normal de expediente, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;
- f) Os remanejamentos de equipamentos/aparelhos deverão ser realizados pela CONTRATADA sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- g) Caso a CONTRATADA não providencie as correções apontadas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de vigência do contrato, ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas pelo seu descumprimento;
- h) O relatório de ocorrências deverá ser apresentado mensalmente à Fiscalização do Contrato, tanto em papel (constando assinatura do responsável técnico pelos serviços), quanto em meio magnético (planilha Excel), nos quais deverão constar todo o tipo de irregularidades porventura detectadas no sistema pela CONTRATADA, assim como outras informações julgadas importantes e necessárias para conhecimento e eventuais providências, o que deverá ser datado e assinado, sob carimbo, pelo técnico da CONTRATADA.
- i) A CONTRATADA realizará os serviços de manutenção, tendo a incumbência e preocupação de fazer a manutenção preventiva em todos os equipamentos descritos na relação de equipamentos constantes do **Anexo I deste Termo**, alertando os responsáveis sobre possíveis aparências ou ruídos estranhos, indicando possíveis causas e soluções para o defeito e executando todos os serviços de rotina conforme programação fornecida de acordo com o equipamento e periodicidade definidos, observando a leitura, anotações em planilhas e relatórios informatizados;
- j) A CONTRATADA deverá cumprir as determinações contidas na Portaria nº 3.523/99 – MS;
- k) A CONTRATADA deverá possuir engenheiro mecânico, com seus respectivos acervos técnicos e com características pertinentes ao objeto deste Termo, e um técnico de refrigeração e de ar-condicionado habilitado, para pronto atendimento, o quais deverão estar devidamente identificados com uniforme personalizado e crachá de identificação.

9. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 9.1.** Exercer a fiscalização dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, por servidores especialmente designados, na forma prevista na lei.
- 9.2.** Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 9.3.** Fornecer local em perfeito estado de conservação para instalação das oficinas e guarda de material, a fim de que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades independentes do CONTRATANTE.
- 9.4.** Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução dos serviços, quando autorizados.
- 9.5.** Exigir, após ter advertido a CONTRATADA por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

9.6. Priorizar a relação de serviços corretivos solicitados por **ORDEM DE SERVIÇO**, a serem executados pela CONTRATADA.

9.7. É assegurado à Fiscalização do Contrato o acesso a todos os locais mencionados no **subitem 5.1**, inclusive os destinados à CONTRATADA.

9.8. A Fiscalização do Contrato poderá impugnar qualquer material utilizado pela CONTRATADA, quando em desacordo com as especificações.

9.9. É assegurado à Fiscalização do Contrato o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que fica sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito à indenização, no caso de não ser atendida em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do lançamento no Livro de Ocorrências qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou material posto no local.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão acompanhados por servidores públicos da Administração direta do Município de São Gonçalo, indicados pela Secretaria Municipal de Administração, competindo-lhes fiscalizar a execução dos serviços e dirimir, junto à CONTRATADA, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços.

10.2. No decorrer da execução do objeto do contrato, as ocorrências inerentes aos serviços deverão ser registradas no processo administrativo de Fiscalização do Contrato e comunicadas aos fiscais do contrato, para aplicação de sanções, se for o caso, conforme previstas neste Termo de Referência.

10.3. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle e avaliação sistemáticos pelos fiscais do contrato, os quais submeterão seus pareceres, devidamente fundamentados, à consideração da Secretaria Municipal de Administração.

10.4. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

10.5. A qualquer tempo, a Fiscalização do Contrato poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar e/ou comprometer o bom andamento dos serviços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

10.6. A Fiscalização do Contrato não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o CONTRATANTE aplicará as seguintes sanções administrativas, previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência escrita;
- b) multa;
- c) suspensão temporária;
- d) declaração de inidoneidade.

11.2. Da aplicação da Advertência por escrito:

11.2.1. Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

11.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

11.3.1. Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

11.3.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

11.3.3. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

11.3.4. por inexecução total ou parcial;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

11.3.5. no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

11.3.6. no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

11.3.7. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

11.3.7.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

11.3.7.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

11.3.7.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

11.3.7.4. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

11.3.7.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Secretário Municipal de Administração.

11.3.7.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no **item 11.3.7.4**, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

11.3.7.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública**.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

11.3.7.8. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.3.7.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.

11.4. Da Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

11.5. Da Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

11.5.1. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado à **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicado.

12. DOS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

12.1. Do Objeto

12.1.1. Execução de operação e monitoramento durante 24 (vinte e quatro) horas do dia dos equipamentos relativos aos sistemas de ar condicionado e refrigeração, com manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, nos Órgãos e seus setores localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1**.

12.2. Da Periodicidade

12.2.1. Estão listadas neste Termo a relação de atividades e a periodicidade sugerida para a execução do serviço de manutenção preventiva.

12.2.2. A periodicidade das inspeções será estabelecida em função da intensidade de uso das instalações e componentes, das condições locais, experiência do **CONTRATANTE** e recomendações dos fabricantes e fornecedores.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

12.2.3. Para os serviços listados que não estão descritos a periodicidade, deverá ser adotada a manutenção preventiva mensal.

13. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

13.1. Manutenção Preventiva - Deverá ser executada por equipe técnica, de acordo com as tabelas anexas constantes deste Termo de Referência, manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso.

13.2. Manutenção Corretiva - Será executada sempre que necessário, pela equipe técnica da CONTRATADA, com o objetivo de remover os defeitos apresentados, cabendo à CONTRATADA a aplicação de materiais e equipamentos necessários para o perfeito funcionamento dos diversos sistemas instalados e, inclusive, os contatos com os fabricantes no sentido de resolver os problemas.

13.3. Deverá ser apresentado, mensalmente, relatório informatizado, incluindo as fichas de execução de serviços oriundas dos locais mencionados no **subitem 5.1**.

14. DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

14.1. TORRE DE ARREFECIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	1	2	3
01	TORRE			
1.1	LIMPEZA DO RESERVATÓRIO		X	
1.2	• LIMPEZA DO DISTRIBUIDOR (PULVERIZADORES E CASCATAS)		X	
1.3	LIMPEZA DO FILTRO DE SUÇÃO	X		
1.4	LUBRIFICAÇÃO DO MOTOR ELÉTRICO	X		
1.5	LUBRIFICAÇÃO DOS MANCAIS	X		
1.6	VERIFICAÇÃO DE RUÍDOS ANORMAIS	X		
1.7	• VERIFICAÇÃO PONTOS CORROSÃO		X	
1.8	EMILIMAR PONTOS DE CORROSÃO			X
1.9	LEITURA DA VOLTAGEM	X		
1.10	LEITURA DA AMPERAGEM	X		
1.11	LEITURA DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA DO ENROLAMENTO		X	
1.12	RASPAGEM E PINTURA DE VENTILADOR (EXPOSTO)			X
02	BOMBA			
2.1	LEITURA DE VOLTAGEM	X		
2.2	LEITUR DA AMPERAGEM	X		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

2.3	LEITURA DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA DO ENROLAMENTO		X	
2.4	VERIFICAR PONTOS DE CORROSÃO		X	
2.5	ELIMINAR PONTOS DE CORROSÃO			X
2.6	LUBRIFICAÇÃO GERAL	X		
2.7	AJUSTAR GAXETA(S)		X	
2.8	SUBSTITUIR GAXETA(S)			X
2.9	RASPAGEM E PINTURA			X

1 - Mensal

2 - Trimestral

3 - Semestral

15. DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

15.1. CONDICIONADOR DE AR TIPO “SPLIT”

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	1	2	3
1	DESOBSTRUÇÃO DO FILTRO DE AR DE RETORNO	X		
2	INSPECIONAR SISTEMA P/VERIFICAÇÃO DE CONTAMINAÇÃO			X
3	AJUSTAGEM DAS CORREIAS	X		
4	LIMPEZA (INTERNA E EXTERNA) DO GABINETE	X		
5	INSPECIONAR E REGULAR			
5.1	TERMOSTATO		X	
5.2	TÉRMICO DE SOBRE CARGA		X	
6	LUBRIFICAÇÃO (MOTOR ELÉTRICO E MANCAIS)	X		
7	IMPERMEABILIZAÇÃO DA BANDEJA COLETORA			X
8	VERIFICAR RESISTÊNCIA DO ENROLAMENTO ELÉTRICO			X
9	VERIFICAR MEDIÇÕES ELÉTRICAS			
9.1	VOLTAGEM	X		
9.2	AMPERAGEM DO COMPRESSOR	X		
9.3	AMPERAGEM DO MOTOR DO EVAPORADOR	X		
9.4	AMPERAGEM DO MOTOR DO CONDENSADOR	X		
9.5	AMPERAGEM TOTAL	X		
10	VERIFICAÇÃO DE PONTOS DE CORROSÃO (ESTRUTURA, PAINÉIS E ETC)		X	
11	ELIMINAR PONTOS DE CORROSÃO VERIFICADOS NA VISITA TRIMESTRAL		X	
12	VERIFICAR BANDEJA E DESOBSTRUIR DRENO	X		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

13	INSPEÇÃO, LIMPEZA E AJUSTAGEM			
13.1	TERMINAIS DE LIGAÇÃO ELÉTRICA	X		
13.2	CONTATOS ELÉTRICOS	X		
13.3	FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO	X		
14	MEDIR TEMPERATURA			
14.1	AR DE INSUFLAMENTO	X		
14.2	AR DE RETORNO	X		
14.3	AR EXTERIOR	X		
14.4	AR DE SAÍDA DO CONDENSADOR	X		
15	DESOBSTRUÇÃO DA SERPENTINA EVAPORADORA		X	
16	DESOBSTRUÇÃO DA SERPENTINA CONDENSADORA		X	
17	LIMPAR ROTORES		X	
18	VERIFICAR AS PRESSÕES (ALTA e BAIXA)	X		

1 - Mensal

2 - Trimestral

3 - Semestral

16. DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

16.1. CONDICIONADOR DE AR “SELF-CONTAINED” ÁGUA E AR

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	1	2	3
01	DISTRIBUIDOR FILTRO DE AR DE RETORNO	X		
02.	INSPECIONAR SISTEMA PARA VERIFICAR CONTAMINAÇÃO		X	
03	AJUSTAR CORREIAS	X		
04	LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DO GABINETE	X		
04.1	LIMPEZA DOS EVAPORADORES E CONDENSADORES		X	
05	INSPECIONAR E REGULAR			
05.1	PRESSOSTATO (ALTA E BAIXA ÓLEO)		X	
05.2	• TERMOSTATO		X	
05.3	TERMICO DE SOBRECARGA		X	
06	LUBRIFICAÇÃO (MOTOR ELÉTRICO E MANCAIS)	X		
07	IMPERMEABILIZAR BANDEJA COLETORA			X
08	VERIFICAR RESISTÊNCIA ENROLAMENTO ELÉTRICO			X
09	VERIFICAR MEDIÇÕES ELÉTRICAS			



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

09.1	VOLTAGEM	X		
09.2	AMPERAGEM COMPRESSOR	X		
09.3	AMPERAGEM MOTOR CONDICIONADOR	X		
09.4	AMPERAGEM CONDENSADOR	X		
09.5	AMPERAGEM TOTAL	X		
10	VERIFICAR PONTOS DE CORROSÃO (ESTRUTURA E PAINÉIS)	X		
10.1	VERIFICAR PRESSÕES (ALTA E BAIXA)	X		

1 - Mensal

2 - Trimestral

3 – Semestral

17. DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

17.1. CONDICIONADOR DE AR INDIVIDUAL (PORTÁTIL E/OU JANELA)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	1	2	3
01	DESOBSTRUIR FILTRO DE AR DE RETORNO	X		
02	LIMPEZA INTERNA-EXTERNA		X	
03	INSPECIONAR TERMOSTATO		X	
04	INSPECIONAR TÉRMICO DE SOBRECARGA		X	
05	LUBRIFICAR MOTOR ELÉTRICO	X		
06	IMPERMEABILIZAR BANDEJA COLETORA			X
07	VERIFICAR RESISTÊNCIA/ENROLAMENTO ELÉTRICO DO COMPRESSOR			X
08	VERIFICAR MEDIÇÕES ELÉTRICAS			
8.1	VOLTAGEM	X		
8.2	AMPERAGEM DO COMPRESSOR	X		
8.3	AMPERAGEM DO VENTILADOR	X		
8.4	AMPERAGEM TOTAL	X		
09	VERIFICAR PONTOS DE CORROSÃO		X	
10	ELIMINAR PONTOS CORROSÃO VERIFICADOS NA VISITA TRIMESTRAL			X
11	VERIFICAR BANDEJA E DESOBRUIR DRENO	X		
12	INSPEÇÃO, LIMPEZA E AJUSTAGEM			
12.1	TERMINAIS DE LIGAÇÃO ELÉTRICA		X	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

12.2	CONTATOS ELÉTRICOS		X	
12.3	TÉRMICO DE PROTEÇÃO DO COMPRESSOR		X	
13	MEDIÇÃO DE TEMPERATURA			
13.1	AR DE INSUFLAMENTO	X		
13.2	AR DE RETORNO	X		
13.3	AR EXTERIOR	X		
13.4	AR DE CONDENSAÇÃO	X		
14	DESOBSTRUIR SERPENTINA EVAPORADORA		X	
15	DESOBSTRUIR SERPENTINA CONDENSADORA		X	
16	VERIFICAÇÃO DE TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS	X		
17	PINTURA DO GABINETE SE NECESSÁRIO			X

1 - Mensal

2 - Trimestral

3 – Semestral

18. DA VISITA TÉCNICA

18.1. A licitante poderá realizar Visita Técnica em todos os locais especificados no **subitem 5.1.** deste Termo e no seu **Anexo I**, com saída da Sede da Prefeitura de São Gonçalo, para proceder ao correto dimensionamento e à elaboração de sua proposta, mediante o conhecimento das áreas, localização, condição das instalações e prestação de outros esclarecimentos que se fizerem necessários, de modo a dirimir eventuais dúvidas em relação à execução do objeto do contrato a ser firmado.

18.2. A Visita Técnica poderá ser feita de segunda a sexta, das 09h às 16h, mediante prévio agendamento com a Coordenadoria de Medicina do Trabalho - CMT, pelo telefone: (21) 2199-6339.

18.3. A licitante, porém, poderá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto deste certame, com esquite no verbete de Súmula nº 01/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ.

19. DA GARANTIA DE QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. A **CONTRATADA** responderá pela qualidade dos serviços, os quais deverão obedecer rigorosamente às regras contidas neste Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

19.2. Os serviços em desacordo com as disposições do presente Termo de Referência serão refeitos pela CONTRATADA, cabendo a esta providenciar o perfeito atendimento às disposições inerentes ao objeto deste Termo, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de cancelamento e reposição, inclusive quanto ao novo prazo de execução dos serviços.

20. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

20.1. Para o recebimento do serviço, deverão ser atendidos todos os requisitos do art.73, I, da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) **Provisoriamente**, pela Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;
- b) **Definitivamente**, pela Fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da exigibilidade do crédito, ou seja, a contar da data do adimplemento da obrigação pela CONTRATADA, mediante a lavratura de Termo Circunstanciado e/ou recibo (ou documento similar), na forma do art. 73 da Lei nº 8.666/93, a ser firmado pela fiscalização e/ou gestor do contrato, após a apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos pelo contrato como condição de pagamento.

21.2. O pagamento será creditado em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, mediante pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, no qual deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e Conta Corrente), bem como os seguintes documentos:

- a) Nota fiscal, fatura ou documento equivalente de cobrança, devidamente atestada pelos Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo; e
- f) Declaração formal de que não houve fato superveniente que alterou as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA.

22. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. Os serviços descritos deverão ser executados pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

22.2. O prazo previsto no subitem acima poderá sofrer prorrogação, face a natureza do serviço prestado, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

22.3. A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o CONTRATANTE, está limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

23. DO REAJUSTAMENTO

23.1. Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da CONTRATADA, e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

23.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. A prestação dos serviços será realizada por execução indireta, na forma de empreitada por preço global.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Os recursos previstos para execução do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho 2022.04.122.1001.2.150, Natureza de Despesa 3.3.90.39.00 e Fonte 00 do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL

26.1. Serão motivos para a rescisão contratual aquelas definidas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

26.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo correlato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
LEVANTAMENTO DOS APARELHOS**

ITEM	BTU	Característica	Marca	Local
1	7.500	Janela	Consul	Patrimônio
2	7.500	Janela	Springer	Patrimônio
3	9.000	Split	York	Parques e Jardins
4	18.000	Janela	Consul	Gab. SMAD
5	7.000	Split	Electrolux	Gab. SMAD
6	12.000	Split	Comfee	Gab. SMAD
7	18.000	Split	Elgin	Gab. Subsecret.
8	7.000	Split	Carrier	SMAD
9	7.000	Split	Carrier	Comunicação
10	7.000	Split	Carrier	Comunicação
11	12.000	Split	Consul	Compras
12	18.000	Split	Comfee	Compras
13	18.000	Split	Carrier	Sub. tesouraria
14	18.000	Split	York	Sub. tesouraria
15	18.000	Split	Midea	Sub. Planejamento
16	12.000	Split	York	Dep. de Cadastro Imobi.
17	30.000	Split	Elgin	Dep. de Cadastro Imobi.
18	30.000	Split	Midea	DIT
19	18.000	Split	York	DIT
20	30.000	Split	Carrier	SARQ
21	30.000	Janela	Consul	SARQ
22	12.000	Split	York	Fazenda recepção
23	30.000	Split	Carrier	Gab. Fazenda
24	12.000	Split	Komeco	Gab. Sec. Fazenda
25	9.000	Split	Fontaime	Gab. Sec. Fazenda
26	12.000	Split	Midea	Controle Interno
27	12.000	Split	CONSUL	C. Gab.
28	12.000	Split	Midea	Controle Interno
29	12.000	Split	Consul	Controle Interno
30	12.000	Split	Carrier	Controle Interno
31	30.000	Split	Elgin	ITBI
32	24.000	Split	york	ITBI
33	22.000	Split	Consul	Supad
34	12.000	Janela	Consul	Supad



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

35	18.000	Split	Springer	Meio Amb.
36	12.000	Split	Elgin	DFU
37	60.000	Split	Carrier	CPD
38	10.000	Janela	springer	CPD
39	12.000	Split	York	Audidores de Receitas
40	22.000	Split	Springer	At.RH
41	22.000	Split	Consul	RH
42	22.000	Split	Philco	RH
43	30.000	Split	Consul	Folha RH
44	30.000	Janela	Midea	Folha RH
45	30.000	Janela	Springer	At.RH
46	30.000	Janela	Consul	Cozinha RH
47	9.000	Split	Midea	At. gabinete
48	9.000	Split	springer	At. gabinete
49	12.000	Janela	Consul	Gabinete Prefeito
50	10.000	Janela	Springer Mundial	Gabinete Gov.
51	9.000	Split	Springer	At. Gabinete
52	24.000	Split	Komeco	At. Proc.
53	24.000	Split	Komeco	Coinf. Proc.
54	9.000	Split	Consul	Sec.gab. Proc.
55	18.000	Split	York	Adm. Proc
56	22.000	Split	LG	Cont. Proc.
57	18.000	Split	Philco	Trab. Proc.
58	22.000	Split	LG	Cont. Proc.
59	22.000	Split	Philco	Trab. Proc.
60	18.000	Split	Komeco	Gabinete
61	18.000	Split	Komeco	Gabinete
62	18.000	Split	Electrolux	Prot. Geral
63	24.000	Split	Elgin	Prot. Geral At.
64	12.000	Split	York	At. Semfa
65	30.000	Split	Hitachi	Div. Ativ. Semfa
66	12.000	Split	York	DCit Semfa
67	36.000	Split	Elgin	At. Semfa
68	36.000	Split	Elgin	At. Semfa
69	30.000	Split	Elgin	At. Semfa
70	60.000	Split	Carrier	At. Semfa
71	30.000	Split	Carrier	Plan. Semfa
72	30.000	Split	Midea	DCTI Semfa
73	30.000	Split	Elgin	Geoprocessamento
74	17.500	Split	York	Desk Semfa



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

75	24.000	Split	Komeco	Dick Semfa
76	18.000	Split	Electrolux	Ouvidoria
77	22.000	Split	Elgin	Contabilidade
78	9.000	Janela	Sem Marca	manutenção
79	10.000	Janela	airmaster	manutenção
80	7.500	Janela	Consul	Guarda Municipal
81	12.000	Split	York	Pl. Fiscal
82	30.000	Split	Carrier	Iss/ Div. Taxas
83	22.000	Janela	Elgin	Iss/ Div. Taxas
84	18.000	Janela	Elgin	Atend. Alvará
85	12.000	Split	York	SRT
86	18.000	Split	Yotk	Tributos
87	18.000	Split	Carrier	Gabinete Tributo
88	18.000	Split	York	Supati
89	12.000	Janela	Consul	Funerária
90	22.000	Split	Consul	Funerária
91	18.000	Janela		Funerária
92	12.000	Split	York	Fiscalização
93	60.000	Split	Samsung	CPD2
94	9.000	Split	York	CPD2
95	24.000	Split	Samsung	CPD2
96	24.000	Split	Samsung	CPD2
97	30.000	Split	Midea	CPD2
98	9.000	Janela	Springer Mundial	CSTM
99	10.000	Janela	Consul	Copa
100	18.000	Split	Elgin	Secretaria de Adm.
101	10.500	Split	Carrier	Gabinete Prefeito
102	18.000	Split	Springer	Gabinete Prefeito
103	9.000	Split	Carrier	Sala da Fazenda
104	18.000	Split	Springer	Antessala do Gabinete
105	30.000	Split	Springer	Sala do Prefeito
106	18.000	Split	RHEEM	Projetos Especiais
107	12.000	Split	Midea	Des. Urbano
108	60.000	Split	Elgin	Sub. Sec. Urbanismo
109	22.000	Split	Springer	Sub. Sec. Urbanismo
110	22.000	Split	Springer	Sub. Sec. Urbanismo
111	12.000	Split	Consul	Coord. de Obras



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

112	12.000	Split	Consul	Med Cont
113	9.000	Split	Admiral	Med Cont
114	12.000	Split	Elgin	Limpeza Urbana
115	30.000	Janela	Consul	Fiscalização
116	9.000	Janela	Consul	Gab. Sendu
117	21.000	Janela	Springer	Guarda Municipal
118	12.000	Split	LG	SEMIND
119	12.000	Split	LG	SEMIND
120	12.000	Split	Springer	SEMIND
121	12.000	Split	Springer Midea	SEMIND
122	12.000	Split	LG	SEMIND Copa
123	12.000	Split	Springer Midea	SEMIND gab
124	12.000	Split	LG	SEMIND
125	12.000	Split	LG	SEMIND
126	12.000	Split	Springer Midea	SEC.MUN. de Habitação
127	18.000	Split	LG	SEC.MUN. de Habitação
128	21.000	Janela	Consul	Guarda Municipal
129	21.000	Janela	Springer	Guarda Municipal
130	30.000	NÃO CONSTA	springer	Guarda Municipal
131	12.000	Split	Midea	SMDS
132	12.000	Split	Midea	SMDS
133	12.000	Split	Komeco	SMDS
134	12.000	Split	Komeco	SMDS
135	12.000	Split	Midea	SMDS
136	12.000	Split	Comfee	SMDS
137	12.000	Split	Springer	SMDS
138	12.000	Split	Midea	SMDS
139	12.000	Split	Midea	SMDS
140	12.000	Split	Midea	SMDS
141	12.000	Split	Midea	SMDS
142	12.000	Split	Springer	SMDS
143	12.000	Split	Springer	SMDS
144	12.000	Split	Springer	SMDS
145	12.000	Split	Midea	SMDS
146	12.000	Split	Midea	SMDS
147	12.000	Split	Midea	SMDS
148	12.000	Split	Midea	SMDS
149	12.000	Split	Midea	SMDS
150	12.000	Split	Midea	SMDS



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

151	12.000	Split	Midea	SMDS
152	12.000	Split	Midea	SMDS
153	12.000	Split	Midea	SMDS
154	12.000	Split	Midea	SMDS
155	12.000	Janela	Sem marca	SMDS
156	9.000	Janela	Sem marca	SMDS
157	60.000	Split	Komeco	SMDS
158	10.000	Split	Elgin	SMDS
159	12.000	Split	Consul	Meio Ambiente
160	12.000	Split	Consul	Meio Ambiente
161	30.000	Janela	Consul	Arquivo Geral
162	7.500	Janela	Springer	Almoxarifado
163	18.000	Janela	Sem Marca	Almoxarifado
164	30.000	Split	Elgin	Segurança Pública
165	12.000	Janela	Springer Silentia	Segurança Pública
166	21.000	Janela	Janela	Sala Mon. Seg. Pública
167	30.000	Janela	Janela	Sala Mon. Seg. Pública
168	10.500	Janela	Janela	Sec. Segurança Pública.
169	30.000	Split	Elgin	Sec. Segurança Pública. Gab.
170	18.000	Split	ELETROLUX	Esporte e lazer
171	18.000	Split	ELETROLUX	Esporte e lazer
172	18.000	Split	ELETROLUX	Esporte e lazer
173	18.000	Split	ELETROLUX	Esporte e lazer
174	18.000	Split	ELETROLUX	Esporte e lazer
175	9.000	Split	Hitachi	Semtrans.
176	10.000	Janela	Silentia	Semtrans.
177	12.000	Split	Philco	Semtrans.
178	18.000	Janela	Consul	Semtrans.
179	9.000	Split	Koneco	Semtrans.
180	12.000	Split	Philco	Semtrans.
181	7.500	BTU	Consul	Semtrans.
182	10.000	Janela	Consul	Semtrans.
183	18.000	Split	Springer	Semtrans.
184	12.000	Split	Springer	Semtrans.
185	12.000	Split	York	Semtrans.
186	10.000	Janela	N.A.	Semtrans.
187	10.000	Janela	Consul	Semtrans



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

188	12.000	Split	Hitachi	Semtrans.
189	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
190	9.000	Split	Carrier	Split
191	9.000	Split	Toshiba	Split
192	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
193	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
194	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
195	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
196	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
197	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
198	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
199	12.000	Split	Springer	Split
200	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
201	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
202	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
203	9.000	Split	Toshiba	Split
204	9.000	Split	Carrier	Split
205	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
206	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
207	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
208	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
209	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
210	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
211	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
212	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
213	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
214	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
215	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
216	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
217	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
218	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
219	Cassete	cassete	Carrier	Piso- Teto
220	9.000	Split	Toshiba	Split
221	9.000	Split	Toshiba	Split
222	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central
223	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central
224	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central
225	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

226	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central
227	30	30 RA/RH scroll chiller	Carrier	Maquina de ar central
228	30.000	Split		Gabinete do Secretario
229	12.000	Split		SEMAD (Subsecretaria)
230	18.000	Split		SEMAD (Jurídico)
231	12.000	Split		Subcontrate
232	23.000	Split		SEMAD (ouvidoria)
233	18.000	Split		SEMAD (ouvidoria)
234	12.000	Split		SEMAD (atendimento)
235	23.000	Split		SEMAD (corredor adm.)
236	23.000	Split		SEMAD (FOLHA)
237	12.000	Split		SEMAD (FOLHA)
238	60.000	Split		SEMAD (R.H.)
239	12.000	Split		SEMAD (Subsecretaria R.H.)
240	30.000	Split		COPA R.H.
241	23.000	Split		SEMAD atendimento RH
242	23.000	Split		SEMAD atendimento RH
243	30.000	Split		SEMAD Atendimento Protocolo
244	30.000	Split		SEMAD Atendimento Protocolo
245	23.000	Split		SEMAD Atendimento Protocolo
246	30.000	Split		CSMT
247	23.000	Split		SUPAD
248	23.000	Split		DSO
249	23.000	Split		DSO
250	23.000	Split		DSO
251	23.000	Split		DSO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

TOTAL DE APARELHOS

Aparelhos	Quantidades
Aparelhos 7.000	4
Aparelhos 7.500	5
Aparelhos 9.000	21
Aparelhos 10.000	9
Aparelhos 10.500	2
Aparelhos 12.000	72
Aparelhos 17.500	1
Aparelhos 18.000	33
Aparelhos 21.000	4
Aparelhos 22.000	12
Aparelhos 23.000	11
Aparelhos 24.000	7
Aparelhos 30.000	30
Aparelhos 36.000	2
Aparelhos 60.000	6
Cassetes	26
30 RA/RH	6
TOTAL	251



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico _____				Nº ____/2022		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	12	MÊS	04 Aparelhos Ar Condicionado 7.000 Btus (Split)			
2	12	MÊS	05 Aparelhos Ar Condicionado 7.500 Btus (Split)			
3	12	MÊS	21 Aparelhos Ar Condicionado 9.000 Btus (Split)			
4	12	MÊS	09 Aparelhos Ar Condicionado 10.000 Btus (Split)			
5	12	MÊS	02 Aparelhos Ar Condicionado 10.500 Btus (Split)			
6	12	MÊS	72 Aparelhos Ar Condicionado 12.000 Btus (Acj)			
7	12	MÊS	01 Aparelho Ar Condicionado 17.500 Btus (Acj)			
8	12	MÊS	33 Aparelhos Ar Condicionado 18.000 Btus (Split)			
9	12	MÊS	04 Aparelhos Ar Condicionado 21.000 Btus (Split)			
10	12	MÊS	12 Aparelhos Ar Condicionado 22.000 Btus (Split)			
11	12	MÊS	11 Aparelhos Ar Condicionado 23.000 Btus (Split)			
12	12	MÊS	07 Aparelhos Ar Condicionado 24.000 Btus (Split)			
13	12	MÊS	30 Aparelhos Ar Condicionado 30.000 Btus (Split)			
14	12	MÊS	02 Aparelhos Ar Condicionado 36.000 Btus (Split)			
15	12	MÊS	06 Aparelhos Ar Condicionado 60.000 Btus (Split)			
16	12	MÊS	26 Cassetes Central			
17	12	MÊS	06 Condensadoras 30 Ra/Rh			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante na Proposta Comercial e Termo de Referência prevalecerá a Proposta Comercial e Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

**ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT/MENSAL	TOTAL/ANUAL
1	12	MÊS	04 Aparelhos Ar Condicionado 7.000 Btus (Split)	R\$ 886,68	R\$ 10.640,16
2	12	MÊS	05 Aparelhos Ar Condicionado 7.500 Btus (Split)	R\$ 1.266,65	R\$ 15.199,80
3	12	MÊS	21 Aparelhos Ar Condicionado 9.000 Btus (Split)	R\$ 6.440,07	R\$ 77.280,84
4	12	MÊS	09 Aparelhos Ar Condicionado 10.000 Btus (Split)	R\$ 2.527,47	R\$ 30.329,64
5	12	MÊS	02 Aparelhos Ar Condicionado 10.500 Btus (Split)	R\$ 563,34	R\$ 6.760,08
6	12	MÊS	72 Aparelhos Ar Condicionado 12.000 Btus (Acj)	R\$ 22.440,24	R\$ 269.282,88
7	12	MÊS	01 Aparelho Ar Condicionado 17.500 Btus (Acj)	R\$ 336,67	R\$ 4.040,04
8	12	MÊS	33 Aparelhos Ar Condicionado 18.000 Btus (Split)	R\$ 11.506,11	R\$ 138.073,32
9	12	MÊS	04 Aparelhos Ar Condicionado 21.000 Btus (Split)	R\$ 1.333,32	R\$ 15.999,84
10	12	MÊS	12 Aparelhos Ar Condicionado 22.000 Btus (Split)	R\$ 4.659,96	R\$ 55.919,52
11	12	MÊS	11 Aparelhos Ar Condicionado 23.000 Btus (Split)	R\$ 4.455,00	R\$ 53.460,00
12	12	MÊS	07 Aparelhos Ar Condicionado 24.000 Btus (Split)	R\$ 2.963,31	R\$ 35.559,72
13	12	MÊS	30 Aparelhos Ar Condicionado 30.000 Btus (Split)	R\$ 10.749,90	R\$ 128.998,80
14	12	MÊS	02 Aparelhos Ar Condicionado 36.000 Btus (Split)	R\$ 773,34	R\$ 9.280,08
15	12	MÊS	06 Aparelhos Ar Condicionado 60.000 Btus (Split)	R\$ 3.900,00	R\$ 46.800,00
16	12	MÊS	26 Cassetes Central	R\$ 20.366,58	R\$ 244.398,96
17	12	MÊS	06 Condensadoras 30 Ra/Rh	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 1.250.023,68.					
VALOR TOTAL POR EXTENSO: UM MILHÃO DUZENTOS E CINQUENTA MIL E VINTE E TRÊS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS.					



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2022

**TERMO DE CONTRATO PARA O
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
VISANDO À CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
CONTINUADOS DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DAS
INSTALAÇÕES, SISTEMAS,
EQUIPAMENTOS E APARELHOS DE AR
CONDICIONADO DO TIPO CENTRAL,
COMPACTO E SPLIT, COM
FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA,
MATERIAIS, GÁS REFRIGERANTE E
SERVIÇOS AFINS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO E A _____.**

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2022 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo **Secretário Municipal De Administração**, o(a) Sr.(Sr^a) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – _____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **20.647/2018**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2022, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 093, de 15 Março de 2021, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para à contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

aparelhos de ar condicionado do tipo central, compacto e Split, com fornecimento de mão de obra, materiais, gás refrigerante e serviços afins.

1.2. O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços previstos na rotina ou solicitados por ordem de serviço deverão ser realizados a qualquer hora, de segunda a sexta-feira, com visitas periódicas de um técnico de refrigeração responsável pelos serviços, em horário administrativo e/ou de acordo com a disponibilidade da unidade solicitante.

2.2. Deverá ser previsto, ainda, atendimento emergencial, em qualquer horário (24 horas) e/ou dia da semana (incluindo sábado, domingo e feriados), conforme necessidade e solicitação da Fiscalização do Contrato, conforme demanda da execução de serviços que sejam imprescindíveis ao funcionamento da unidade ou prejudiquem o atendimento sob qualquer condição, segundo avaliação específica da Fiscalização.

2.3. Quando da ocorrência de defeito ou falha num equipamento ou sistema, a Fiscalização do Contrato comunicar-se-á com a empresa contratada, a qual, a partir do recebimento da comunicação, deverá adotar todas as providências para sanar os defeitos, de modo a permitir a continuidade de funcionamento de todos os Órgãos e setores localizados nos endereços constantes no subitem 5.1 do Termo de Referência.

2.4. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar materiais, peças e demais componentes em conformidade com as condições do contrato, respeitadas a marca, tipo, cor e dimensões dos bens a serem mantidos.

2.5. A substituição por equivalentes só poderá ocorrer com a prévia aprovação da Fiscalização do Contrato.

2.6. Não será admitida a subcontratação do objeto do Termo de Referência.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - DA CONTRATADA

3.1.1. Na execução do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, esta deverá obedecer estritamente às exigências da Lei nº 8.666/93 e do edital, bem como será responsável pelo seguinte:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.1.2. A CONTRATADA será responsável, sem ônus para o CONTRATANTE, pelo fornecimento de mão de obra, gás refrigerante, nitrogênio para verificação de possíveis vazamentos, reparos em pontos de corrosão com a recuperação da pintura, revestimento esponjoso, correias, rolamentos, compressores em geral, polias, filtros secadores, válvulas de expansão, placas eletrônicas, controle remoto, compressores, serpentinas, motores de ventilador, chaves contactoras, relés em geral, limpeza de dutos e análise semestral da qualidade do ar com controle bacteriológico, de acordo com relação de aparelhos e equipamentos especificada no **Anexo I** do Termo de Referência.

3.1.3. Ocorrendo avarias ou desgastes dos equipamentos cuja recuperação seja extensa, fazendo-se necessário substituir as peças danificadas ou consertá-las fora do ambiente dos Órgãos e seus setores localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1** do Termo de Referência, as mesmas serão retiradas pela CONTRATADA para execução dos serviços necessários, e deverão retornar dentro de um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.4. Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da hora da abertura do chamado, até a chegada do técnico ao local. Não sendo possível sanar o problema tempestivamente, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solucionar o problema definitivamente.

3.1.5. A CONTRATADA fornecerá números de telefone fixo, celular ou de qualquer outra modalidade de comunicação ao CONTRATANTE, com o nome do respectivo técnico plantonista.

3.1.6. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas o transporte de materiais e mão de obra necessários à execução de todos os serviços, possibilitando imprimir andamento aos trabalhos, em quantidade suficiente para a conclusão dos serviços nos prazos previstos.

3.1.7. A CONTRATADA deverá dispor de oficina própria devidamente aparelhada para execução dos serviços que não possam ser realizados no interior dos Órgãos e seus setores localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1** do Termo de Referência.

3.1.8. A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, pessoal técnico especializado e treinado para o desempenho das respectivas funções.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer **UNIFORME, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO (E.P.I.), DE PROTEÇÃO COLETIVA (E.P.C.) E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO** de acordo com a função de cada um, para que os seus empregados permaneçam uniformizados durante o expediente de trabalho. Esses uniformes, obrigatoriamente, terão identificação com o nome da empresa e a função desempenhada pelo empregado na execução dos serviços.

3.1.10. Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual, como: capacetes, protetores faciais, óculos de segurança, equipamentos para proteção dos pés, pernas, mãos e braços, cintos de segurança, equipamentos de proteção auditiva.

3.1.11. A **CONTRATADA** deverá seguir todas as normas vigentes, em especial:

- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;
- c) Ministério da Saúde;
- d) Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- e) Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;
- f) Norma NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de higienização;
- g) Norma NBR 13971 de 1997 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada;
- h) Resolução RE 09/2003 da ANVISA;
- i) Norma de Manutenção de Edificações – NBR 5674, da ABNT;
- j) Norma de Trabalho em altura – NR 35, assim como os protocolos de proteção à COVID-19.

3.1.12. A CONTRATADA deverá providenciar o imediato afastamento, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de qualquer empregado ou preposto seu que não lhe mereça confiança, ou que se conduza de modo incompatível com o exercício de suas funções.

3.1.13. Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas relativas à segurança nas dependências nos locais mencionados no **subitem 5.1 do Termo de Referência**, tanto para os empregados quanto para a execução dos serviços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.1.14. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

3.1.15. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

3.1.16. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE, toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos.

3.1.17. A CONTRATADA terá de manter a conservação e limpeza permanente da área que lhe for destinada pela Fiscalização do Contrato, para instalação de suas oficinas e almoxarifado de material de reposição, observando as normas pertinentes à não poluição do meio ambiente.

3.1.18. Os serviços considerados preliminares, tais como: desmontagens, transportes, remoções e tapumes de vedação, deverão ser executados de modo a minimizar os estragos nas áreas não danificadas, preservando a integridade dos demais elementos, sem interferir nas rotinas de funcionamento dos Órgãos e seus setores do Município de São Gonçalo.

3.1.19. Deve ser prévia e oficialmente comunicada pela CONTRATADA, para autorização pela Fiscalização do Contrato, qualquer intervenção que, para seu desenvolvimento, seja necessária a interrupção de qualquer Órgão ou setor localizado nos endereços descritos no **subitem 5.1 do Termo de Referência**, compatibilizando os horários de realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva com os horários da unidade, ou se for preciso executar os serviços em horários noturnos e/ou finais de semana; bem como promover o isolamento e sinalização das áreas afetadas pelos serviços.

3.1.20. O prazo para a comunicação exigida no subitem anterior será fixado pela Fiscalização do Contrato.

3.1.21. A assistência técnica dos equipamentos e seus componentes será efetuada exclusivamente pela CONTRATADA.

3.1.22. A CONTRATADA deverá observar na realização dos serviços as técnicas e rotinas descritas, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes:

- 1) Executar os serviços preventivos e corretivos, englobando todos os materiais de consumo necessários para a limpeza e lubrificação dos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

equipamentos, incluindo a aplicação de produtos químicos para limpeza dos aparelhos, complementação ou substituição de carga de gás refrigerante, aplicação de gás nitrogênio para verificação de possíveis vazamentos, reparos em pontos de corrosão, procedendo à devida pintura, se necessário, em todos os equipamentos, sem ônus para este Município;

m) Utilizar equipamentos, ferramental e instrumental adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e danos materiais que possam ser ocasionados a este Município;

n) Toda mão de obra e os materiais necessários à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado ficarão integralmente a cargo da CONTRATADA, incluindo desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes e transportes;

o) Os limites de atuação da CONTRATADA abrangem todo o sistema de ar-condicionado e refrigeração, inclusive a sua interligação elétrica, a partir das respectivas proteções (normalmente disjuntores) nos quadros elétricos específicos de distribuição;

p) Os serviços de manutenção corretiva e preventiva que se fizerem necessários e que possam interferir ou trazer transtornos nos ambientes de trabalho durante o funcionamento normal dos Órgãos e seus Setores, localizados nos endereços descritos no **subitem 5.1**, desde que não sejam emergenciais, deverão ser executados fora do horário normal de expediente, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;

q) Os remanejamentos de equipamentos/aparelhos deverão ser realizados pela CONTRATADA sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;

r) Caso a CONTRATADA não providencie as correções apontadas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de vigência do contrato, ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas pelo seu descumprimento;

s) O relatório de ocorrências deverá ser apresentado mensalmente à Fiscalização do Contrato, tanto em papel (constando assinatura do responsável técnico pelos serviços), quanto em meio magnético (planilha Excel), nos quais deverão constar todo o tipo de irregularidades porventura detectadas no sistema pela CONTRATADA, assim como outras informações julgadas importantes e necessárias para conhecimento e eventuais providências, o que deverá ser datado e assinado, sob carimbo, pelo técnico da CONTRATADA.

t) A CONTRATADA realizará os serviços de manutenção, tendo a incumbência e preocupação de fazer a manutenção preventiva em todos os equipamentos descritos na relação de equipamentos constantes do **Anexo I deste Termo**, alertando os responsáveis sobre possíveis aparências ou ruídos estranhos, indicando possíveis causas e soluções para o defeito e executando



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

todos os serviços de rotina conforme programação fornecida de acordo com o equipamento e periodicidade definidos, observando a leitura, anotações em planilhas e relatórios informatizados;

u) A CONTRATADA deverá cumprir as determinações contidas na Portaria nº 3.523/99 – MS;

v) A CONTRATADA deverá possuir engenheiro mecânico, com seus respectivos acervos técnicos e com características pertinentes ao objeto deste Termo, e um técnico de refrigeração e de ar-condicionado habilitado, para pronto atendimento, o quais deverão estar devidamente identificados com uniforme personalizado e crachá de identificação.

3.2 – DA CONTRATANTE

3.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, por servidores especialmente designados, na forma prevista na lei.

3.2.2. Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

3.2.3. Fornecer local em perfeito estado de conservação para instalação das oficinas e guarda de material, a fim de que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades independentes do CONTRATANTE.

3.2.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução dos serviços, quando autorizados.

3.2.5. Exigir, após ter advertido a CONTRATADA por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

3.2.6. Priorizar a relação de serviços corretivos solicitados por **ORDEM DE SERVIÇO**, a serem executados pela CONTRATADA.

3.2.7. É assegurado à Fiscalização do Contrato o acesso a todos os locais mencionados no **subitem 5.1**, inclusive os destinados à CONTRATADA.

3.2.8. A Fiscalização do Contrato poderá impugnar qualquer material utilizado pela CONTRATADA, quando em desacordo com as especificações.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.2.9. É assegurado à Fiscalização do Contrato o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que fica sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito à indenização, no caso de não ser atendida em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do lançamento no Livro de Ocorrências qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou material posto no local.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrão a conta do Programa de Trabalho nº **2022.04.122.1001.2.150**, Código de Despesa nº **3.3.90.39.00** e Fonte de Recursos nº **00**.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da exigibilidade do crédito, ou seja, a contar da data do adimplemento da obrigação pela CONTRATADA, mediante a lavratura de Termo Circunstanciado e/ou recibo (ou documento similar), na forma do art. 73 da Lei nº 8.666/93, a ser firmado pela fiscalização e/ou gestor do contrato, após a apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos pelo contrato como condição de pagamento.

5.2. O pagamento será creditado em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, mediante pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, no qual deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e Conta Corrente), bem como os seguintes documentos:

- a) Nota fiscal, fatura ou documento equivalente de cobrança, devidamente atestada pelos Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo; e
- f) Declaração formal de que não houve fato superveniente que alterou as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

6.1 Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

acumulado no período, a requerimento da CONTRATADA, e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

6.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA– DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

7.1 – Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

7.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação no regime de execução do serviço, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 9.1.1 Advertência escrita;
- 9.1.2 Multa;
- 9.1.3 Suspensão temporária;
- 9.1.4 Declaração de inidoneidade.

9.2. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

9.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato.

9.3.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

9.3.1.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

9.3.1.2. Por inexecução total ou parcial.

9.3.1.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

9.3.1.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa.

9.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

9.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

9.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

9.4.4. As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art. 109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

9.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no item 10.4.4. será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

9.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

9.4.8. Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

9.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, do órgão integrante da Administração Pública indireta.

9.5. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

9.6. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo para apreciação, antes de ser publicada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da **Secretaria Municipal de Administração**, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

11.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

11.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A Administração Municipal, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os serviços serão acompanhados por servidores públicos da Administração direta do Município de São Gonçalo, indicados pela Secretaria Municipal de Administração, competindo-lhes fiscalizar a execução dos serviços e dirimir, junto à CONTRATADA, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços.

13.2. No decorrer da execução do objeto do contrato, as ocorrências inerentes aos serviços deverão ser registradas no processo administrativo de Fiscalização do Contrato e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

comunicadas aos fiscais do contrato, para aplicação de sanções, se for o caso, conforme previstas neste Termo de Referência.

13.3. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle e avaliação sistemáticos pelos fiscais do contrato, os quais submeterão seus pareceres, devidamente fundamentados, à consideração da Secretaria Municipal de Administração.

13.4. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

13.5. A qualquer tempo, a Fiscalização do Contrato poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar e/ou comprometer o bom andamento dos serviços.

13.6. A Fiscalização do Contrato não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

15.2 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.3 – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

15.4 — O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____